



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este documento é a primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e da base ao termo de referência a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação “Art. 5º, Inciso XX, da Lei 14.133/2021”.

Município de São Vicente do Sul/RS

Departamento: Gabinete do Prefeito

Responsável: Pedro Vinicius Caldeira Pires

Necessidade da Administração: Deslocamento institucional para o Gabinete do Prefeito.

1. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E DA JUSTIFICATIVA

- 1.1.** Atender às demandas de deslocamento institucional para o Gabinete do Prefeito e transportar equipe e documentos em rotinas administrativas.
- 1.2.** O objetivo central é permitir a execução eficiente de atividades inerentes à gestão municipal, possibilitando a presença do Chefe do Executivo e de assessores em eventos, reuniões e visitas técnicas em diferentes localidades.
- 1.3.** O Gabinete do Prefeito possui um veículo, ano/modelo 2022, e por óbvio, demanda manutenção e, quanto mais rodado/antigo, mais manutenção requer.
- 1.4.** Para mantê-lo em boas condições de uso, o Gabinete do Prefeito celebra regularmente contratos para manutenção e substituição de peças e, serviços de revisões.
- 1.5.** O veículo vem atendendo de forma satisfatória à demanda do Gabinete do Prefeito.
- 1.6.** A Administração vem procedendo, nos últimos anos, com a substituição gradativa dos veículos mais antigos, e tal medida visa garantir maior conforto e diminuir gastos e perda de tempo com a manutenção dos veículos mais antigos, e como a modernização da frota ocorre de forma gradativa, gerando menos impacto econômico, permitindo que os veículos com maior incidência de manutenção corretiva sejam substituídos por novos, mais modernos, seguros, confortáveis e econômicos, impactando na qualidade de trabalho dos setores demandantes.
- 1.7.** A compra de veículos automotores para substituir outros mais antigos vem sendo a ferramenta encontrada pela Administração, para manter a frota de veículos em pleno funcionamento, com carros que garantam conforto, economia e segurança aos seus usuários.

2. DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

- 2.1.** A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual 2026 do Município de São Vicente do Sul.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 3.1.** O objeto licitado tem natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.2.** O veículo deverá estar em conformidade com as normas e padrões do Código Brasileiro de Trânsito, do CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito, da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia e de outras normas regulamentadoras ou resoluções aplicáveis ao objeto, em vigor (caso houver).



3.3. O veículo deverá ser entregue adesivado com logomarca do Município, licenciado e emplacado em nome do Município de São Vicente do Sul/RS, com todos os custos referentes a registro, licenciamento e emplacamento a cargo da empresa vencedora

3.4. A empresa deverá fornecer Catálogo do veículo, em Língua Portuguesa, com a indicação das principais especificações técnicas (descritivo), e indicação (especificação) de seus acessórios, para análise e verificação de atendimento ao solicitado neste termo.

3.5. As características técnicas do veículo deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

Item	Descrição Veículo	Quantidade	Unidade
1	<p>Veículo novo zero km, Modelo/Versão: Tipo Sedã. Especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Ano de Fabricação/Modelo: 2025/2026 ou superior.- Motor 2.0, (ou equivalente atual).- Capacidade: 5 (cinco) passageiros.- Portas: 4 (quatro) portas;- Cor: Sólida (preto);- Capacidade do Porta-malas: Mínimo de 415 litros (nominal 526L).- Estepe: Convencional ou temporário.- Motor: 2.0, 4 cilindros em linha, injeção multiponto.- Combustível: Gasolina ou Flex;- Transmissão: automático.- Direção: Assistência elétrica ou eletro hidráulica (com regulagem de altura).- Freios: Sistema ABS com EBD (distribuição eletrônica de frenagem).- Airbags- Controles: Controle Eletrônico de Estabilidade (ESC) e Controle de Tração (ASR).- Monitoramento: Sensor de monitoramento da pressão dos pneus.- Ar-condicionado: Manual ou digital.- Vidros: Elétricos dianteiros e traseiros com função one-touch.- Travas: Travas elétricas.- Retrovisores: Externos com ajuste elétrico- Painel: Computador de bordo (consumo, autonomia, velocidade média).- Rodas: Rodas de 17 polegadas de liga leve.- Multimídia: Central multimídia de 7 polegadas (nominal 8) com tela touchscreen, compatível com Android Auto e Apple CarPlay, Bluetooth e entradas USB.- Sensores: Sensor de estacionamento traseiro.- Desembaçador do vidro traseiro;- Banco do motorista com ajuste de altura (de série);- Rádio; Conexão USB - Volante multifuncional- Jogo de tapetes.- A assistência técnica deverá ser prestada em oficina autorizada situada em até 120 km de distância da sede da Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS (acima de 120 km a empresa contratada deverá providenciar, às suas expensas, a retirada e a devolução do veículo na Prefeitura Municipal).- Primeiras 6 (seis) revisões gratuitas.- Garantia de fábrica, conforme normas do fabricante	01	unid



3.6. Condições de Entrega:

I. Entrega do veículo no município de São Vicente do Sul/RS, na rua General João Antônio nº 1305 bairro Centro, CEP 97420.000, em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota de empenho de despesa;

II. Transporte e descarga por conta e risco da contratada;

III. O recebimento definitivo ocorrerá após vistoria e conferência técnica do veículo entregue.

3.7. Da garantia e assistência técnica:

I. Garantia de fábrica, conforme normas do fabricante;

II. A assistência técnica deverá ser prestada em oficina autorizada situada em até 120 km (cento e vinte quilômetros) de distância da sede da Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS.

i. Quando a oficina autorizada estiver situada acima de 120 km (cento e vinte quilômetros) de distância da sede da Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS, a empresa contratada deverá providenciar, às suas expensas, a retirada e a devolução do veículo na Prefeitura Municipal.

III. O limite de quilometragem exigida acima, baseia-se nos princípios de eficiência, economicidade, rapidez no atendimento e logística, pois, sem a indicação de distância da oficina autorizada para a realização da assistência técnica, o município poderia ter que arcar com despesas de locomoção do veículo, gerando prejuízos ao erário público.

3.8. Dos Requisitos Legais e Administrativos:

I. Observância integral das disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas;

3.9. Da fiscalização:

I. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste termo serão exercidos por meio de representante (s), designados pela Contratante, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

II. Não obstante ser a Contratada a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

III. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto contratado, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a Contratante, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

3.10. Das infrações e sanções administrativas:

I. A contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, em especial nos artigos 155 a 163, bem como nas demais normas aplicáveis, em caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais, descumprimento de prazos, inexecução injustificada ou qualquer irregularidade na execução do objeto.



- II.** Constituem infrações administrativas, entre outras:
- Não cumprimento das condições estabelecidas no contrato ou no edital;
 - Atraso injustificado na entrega dos contêineres;
 - Fornecimento de produto fora das especificações técnicas exigidas;
 - Recusa injustificada em assinar o contrato ou receber a ordem de fornecimento;
 - Comportamento que cause prejuízos à Administração ou comprometa a execução contratual.
- III.** Em conformidade com a legislação vigente, poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas, garantida a ampla defesa e o contraditório:
- Advertência, por irregularidades de menor gravidade;
 - Multa, conforme percentuais e critérios definidos no edital e contrato;
 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes ou até reabilitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- IV.** A aplicação das penalidades não exclui a possibilidade de a Administração rescindir o contrato e cobrar as perdas e danos decorrentes da inexecução total ou parcial do ajuste, sem prejuízo das demais sanções civis e penais cabíveis.
- V.** As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração, mediante processo administrativo devidamente formalizado e assegurado o direito de defesa à contratada.
- 3.11. Do pagamento:**
- I.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado, constando o recebimento, por parte do servidor responsável, designado para tal.
- Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012).
 - Serão processadas as retenções previdenciárias, ISSQN e Imposto de Renda, quando for o caso, nos termos da legislação vigente.
- II.** A nota fiscal emitida pelo licitante vencedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da modalidade da licitação e número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do serviço prestado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- III.** O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- IV.** Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.
- V.** Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de São Vicente do Sul - RS, CNPJ nº 87.572.079/0001-03.
- VI.** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- VII.** Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.
- VIII.** O Município reserva-se o direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita neste Termo de Referência.



IX. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

X. A fiscalização poderá deduzir nas faturas os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização, e o valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

XI. Os Recursos orçamentários para fazer frente às despesas desta demanda serão os seguintes:

Órgão Solicitante: Gabinete do Prefeito

Projeto Atividade: 1006 Aquisição de veículo

Despesa: 4490.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente

Recurso: Livre

4. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E PESQUISA DE PREÇOS:

4.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o disposto no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece as diretrizes para a formação do valor estimado da contratação pública, observando os princípios da economicidade, eficiência, transparência e planejamento.

4.2. Os valores de referência para a formação da cesta de preços, foram apurados através na mediana de preços pesquisados baseados preços homologados em licitações/compras semelhantes de outros órgãos públicos Art. 23, § 1º, inciso II, as planilhas fazem parte deste ETP e estarão anexadas ao processo administrativo.

Item	Descrição objeto	Quantidade	Unidade	Valor Máximo referência
1	Veículo novo zero km, Modelo/Versão: Tipo Sedã, Ano de Fabricação/Modelo: 2025/2026 ou superior. - Motor 2.0, (ou equivalente atual) ...	01	Unidade	188.500,00

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

5.1. A solução proposta/alternativa viável, para atender a demandada neste Estudo Técnico Preliminar, é a realização da contratação através de Pregão, tendo em vista a previsão da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17º, § 2º, e 34º, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Não se aplica.

7. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

7.1. Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

7.2. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

7.3. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

7.4. Quanto a contratação, os benefícios diretos e indiretos podem ser percebidos na economicidade, uma vez que o procedimento licitatório permite a contratação de empresa especializada por preço competitivo no mercado, uma vez que haverá concorrência entre as licitantes do ramo de atividades, com a oferta de menor preço, considerando os requisitos previamente estabelecidos no edital da licitação, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos.



8. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

8.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração, entretanto, o gestor e fiscal do contrato devem ter ciência sobre o Art. 140 da Lei 14.133/2021, que versa sobre o recebimento do objeto do contrato.

8.2. A Secretaria requisitante indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

8.3. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- I.** Elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico;
- II.** Elaboração de minuta de contrato;
- III.** Encaminhamento do processo para análise jurídica;
- IV.** Análise da manifestação jurídica e se necessário, o atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- V.** Publicação e divulgação do edital e anexos;
- VI.** Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- VII.** Realização do certame, com suas respectivas etapas.

9. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

9.1. Diante de toda a análise desenvolvida neste estudo técnico, a contratação mostra-se VIÁVEL, em termos de disponibilidade de mercado, consoante a legislação em vigor, não sendo possível observar impedimentos ao prosseguimento da contratação demandada através de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, nos termos dos artigos 6º inciso XLI, 17º § 2º e 34º, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

São Vicente do Sul-RS, 26 de março de 2026

Pedro Vinicius Caldeira Pires
Assessor Gabinete Prefeito